

FRANCISCO IGLÉSIAS

O verdadeiro Assis CHATEAUBRIAND

A biografia é dos gêneros de mais cultivo em todos os tempos. Por vezes, no entanto, adquire quase proeminência, como se dá em nossos dias, fato comprovado pelas editoras, no país e no mundo do qual se tem notícia, com as vidas de políticos, empresários, artistas de teatro e cinema, esportistas de relevo, escritores, chefes sindicais ou líderes populares. Há aí não só o gosto de conhecer o próximo, penetrar nas intimidades e até a maledicência, traços vivos em todos, às vezes com agravantes pouco recomendáveis, como - o que é importante - a tentativa de autoconhecimento, o que se é ou poderia ser. Na leitura de qualquer biografia a gente busca encontrar-se e se encontra, no bem e no mal.

Na produção literária brasileira o gênero tem tido amplo lugar. Talvez a maior obra de nossa historiografia seja a vida de José Tomás Nabuco de Araujo, *Um Estadista do Império*, retratado pelo filho, Joaquim Nabuco. Entre historiadores mais próximos, há biógrafos da maior importância, como Otávio Tarquínio de Souza, Luís Viana Filho, Raimundo Magalhães Júnior e muitos outros, de nível desigual - os ótimos e os apenas regulares. Escreve-se sobre Luís Carlos Prestes, sobre Machado de Assis e sobre Dercy Gonçalves (por que não?). Nenhuma obra do gênero, no entanto, alcançou a repercussão da escrita por Fernando Morais sobre Assis Chateaubriand, *Chatô, o Rei do Brasil*, alentado volume de 732 páginas que vem sendo devorado pelo público, mantendo-se na posição de *best-seller* desde o seu aparecimento. O autor já era conhecido pelo belo livro sobre a líder comunista Olga Benário Prestes, de acidentado e fascinante destino.

O jornalista era figura folclórica, ora admirado, mais freqüentemente detestado, visto como o símbolo da incorreção, da falta de ética, do cinismo e até de certa canalhice que se tornou famosa. Sabia-se muito sobre o estranho paraibano - jornalista, político, diplomata, homem de negócios e negociatas, tudo praticado com talento mas sem qualquer sentido de

FRANCISCO IGLÉSIAS é historiador e autor de, entre outros, *História Geral e do Brasil* (Ática).

Chatô, o Rei do Brasil, de Fernando Morais, São Paulo, Companhia das Letras, 1994.



correção, com vistas apenas a vantagens. Teve momentos importantes, tentando tirar o país da rotina e do atraso, um modernizador, que não recuava diante de nenhum obstáculo, sem respeito ao próximo, manobrando o homem como objeto que não lhe merecia a mínima consideração. Um cínico, no sentido filosófico. Se fez campanhas pelo desenvolvimento do país, também impediu ou dificultou movimentos em obras de alto rendimento nacional, tudo fazendo apenas em função de seu interesse. Por vezes tem-se a idéia de que só agia por gosto lúdico, simples desejo de jogo, pura diversão. Nesse passatempo, não recuava ante o ato desonesto, a trapaça, o crime. Seu desprezo pelo outro era igual a sua inteligência e a sua imaginação, a inventiva fértil. Com tais atributos - qualidades e defeitos - tornou-se poderoso e vergava mesmo homens de grande estatura intelectual e política.

O livro contém notícias assombrosas e comprometedoras de alguns dos pró-homens do país em seu tempo, que saem com a imagem arranhada, por terem sido manipulados por ele, como se fossem um qualquer, como se mostrará aqui nas revelações e análises deste enorme volume que se lê com interesse o tempo todo, embora a maior parte das vezes (foi o que se deu comigo) com espanto, condenação e até asco. O paraibano de Umbuzeiro atinge o que parece impossível em matéria de desprezo, desrespeito, crueldade. O célebre paradoxo de Oscar Wilde - a vida é mais criativa do que a arte - tem no caso plena confirmação: muitos gestos ou atos desse homem temido e por vezes admirado - mais temido do que admirado - parecem invenção de um ficcionista de imaginação acima do que já se fez em obras de criação - romance, peças de teatro. Realmente, em Chateaubriand encontram-se momentos nunca descritos pelo mais delirante romancista ou teatrólogo. Ele vai além do imaginável, confirmando o paradoxo que parecia apenas uma frase do famoso autor, diante dele um homem comum, com a capacidade de inventar do amanuense, do cidadão mediano.

Pois é esse personagem fantástico que Fernando Morais biografou. Desafio que confirma o seu talento, o jornalista, o escritor. Se na biografia de Olga já era digno de muito apreço, agora se afirma como autor de primeiro plano. Traça vida de alguém que

faria as delícias de um Mário Puzzo, um romancista como Balzac (em antigo artigo Chatô escreveu: "um cidadão escandinavo meu amigo me disse que a figura humana de Getúlio Vargas desafiava um Balzac" (p. 253), observação exata mais aplicável ainda ao próprio Chatô), se eles tivessem o dom criativo de inventar histórias tão fabulosas.

Servido por linguagem correta, um dom de narrador capaz de prender quem o lê em todos os momentos - aqui não é possível a leitura dinâmica, com saltos da atenção, como acontece com freqüência na maior parte dos leitores, sobretudo aqueles que só se dedicam a textos em ocasiões excepcionais. Ora, o livro já vendeu mais de cem mil exemplares, recorde absoluto em biografias no Brasil, na parada dos "mais vendidos" meses seguidos. Pega o leitor comum, não-literatizado e este não se desliga, preso pela narrativa - o que é dito e a estrutura notável do texto. Fernando Morais quis escrever sobre Chateaubriand por ter se apaixonado pelo personagem, o que não significa aplauso ou veneração. De lúcida consciência histórica, sabe que contar não é ter concordância com o narrado. Como os historiadores que não aceitam a tese da neutralidade - contar apenas, sem ter partido por um ou outro lado -, o escritor mineiro conta e às vezes julga, toma partido, atribuindo ao ato ou à confissão palavra condenatória.

Assim procedem os historiadores mais criteriosos de nosso tempo, negando um princípio antes seguido por seus antecessores, empenhados em uma neutralidade nunca obtida. Sem falar nos ficcionistas puros, que se colocam ao lado de um personagem contra outro, como se vê até em romances ou peças de teatro históricas: veja-se o caso de Shakespeare, com seus textos sobre reis ingleses pouco distantes dele. Só não se pode proceder assim no trabalho historiográfico acadêmico, na tese ou no livro pretensamente científico, no qual se procura a possível objetividade ou neutralidade. Fernando Morais escreveu uma obra séria, entregando-se a árdua pesquisa, lendo quanto o jornalista escreveu e quanto se escreveu sobre ele, estudando as situações em que atuou, ouvindo depoimentos de gente importante ou dos que viveram o narrado, às vezes como simples espectadores ou protagonistas menores. Daí a riqueza do texto, que cobre de modo feliz uma longa

vida, acidentada, cheia de movimento, da qual capta o possível. Daí o êxito do escrito - prende, fascina e coloca o autor na categoria dos escritores convincentes, densos, donos absolutos de seus temas. Entende-se, pois, a repercussão de *Chatô, Rei do Brasil*, do qual todo o país tomou conhecimento.

Se encarado como romance, este seria sensacional, pela trama, emaranhado da intriga. O número de diálogos seria pequeno, mas para uma biografia há diálogos em quantidade, embora não em excesso. História de vida, como obra historiográfica, tinha de ser catalogada na historiografia romântica, que imaginava ou construía diálogos em função da capacidade fantasiosa do autor, pois se eles podem ser extraídos de depoimentos ou livros do personagem, na maior parte são inventados, em recurso nem sempre defensável. Há aqui alguns diálogos extremamente curiosos que parecem criações do biógrafo.

Em uma das passagens mais interessantes da narrativa, quando Chatô se vê em dificuldades pelo envolvimento na chamada revolução de 1932 - dita constitucionalista -, quando se coloca mais uma vez contra Getúlio Vargas (depois de ter sido defensor da candidatura gaúcha à presidência da República, logo se torna seu inimigo e faz-lhe campanha sistemática em artigos até de linguagem virulenta, como foi e será seu costume), tem de esconder-se na cidade do Rio de Janeiro ou fora, até ser banido, devendo ir para o Japão, por estar no porto o navio *Hawaí Maru*, sob protestos e insultos às autoridades que o forcem ao embarque. Levado ao navio - ainda na baía de Guanabara -, aí permanece durante 27 horas de escaramuças telegráficas entre o navio e as autoridades brasileiras pelos problemas que cria, às vezes até cômicos. A viagem é interrompida e tem início estranha conversação, que termina com sua retirada do navio para o prosseguimento da viagem. São capítulos deliciosos os de número 17 e 18 em que aparecem os momentos dessa deportação que não se consumou, com o preso de volta ao continente por um rebocador da marinha. Pois aí se escreve:

“Levado à sala de Dulcídio Cardoso, Chateaubriand provocou o militar com bom humor: ‘como o capitão pode ver, estou aqui novamente. Espero que entenda a minha volta como uma demons-

tração de amor ao senhor e à prisão que dirige. Troquei férias prolongadas entre gueixas e crisântemos pela cadeia fedorenta em que o senhor vai me encerrar”.

Quem ouviu este diálogo? Ele ficou em algum registro na Detenção? Fernando Morais, como historiador romântico, não diz qual a fonte que usou, quem lhe informou do diálogo. O preso permaneceu duas semanas na Detenção, tomando sol no pátio interno, ou na cela em que já estivera, partilhando-a com um ladrão que conhecera ao chegar de Minas. A direção do jornal mandava-lhe comida da melhor qualidade, que ele dividia generosamente com o companheiro. Este, por sua vez, deu-lhe presente de rico: “um luxuoso relógio Patek Philippe de ouro, do tipo patacão, que o ventanista confessou ter roubado em uma mansão da zona sul. Chatô aceitou sem cerimônia e usaria o relógio durante muitos anos (sem nunca esconder sua origem), até que o presenteasse ao amigo Antônio Sanchez Galdeano, o “rei do estanho” (p. 297). Se se descreve aqui a curiosa passagem, é que ela é típica da vida agitada do biografado.

Outro diálogo original - e este até em espanhol - está na p. 370. Como Dario de Almeida Magalhães - da diretoria da cadeia dos Associados - fosse aos Estados Unidos no início da década de 30, Chatô encomendou-lhe a compra para seus jornais do que havia de mais moderno. Por uma peça foi paga nos Estados Unidos a importância de 100 mil dólares da época (algo como 800 mil em 1994), ficando os 100 mil restantes para serem pagos em dois anos. Um engenheiro cubano trouxe a máquina pouco depois, encarregado de fazer sua instalação e obter os avais das promissórias emitidas por Dario para cobrir a dívida. Tudo fácil, menos fazer Chateaubriand assinar os “papagaios”. O pobre cubano andava de um lado para outro, cercando o irrequieto devedor, sem conseguir as assinaturas. E o biógrafo conta:

“Um dia, ameaçado de ver a máquina arrancada do chão se as promissórias não lhe fosse entregues assinadas, Chateaubriand saiu-se com uma resposta inacreditável: ‘Señor, ya le dice que no tengo tiempo para esas cosas. Pero hay acá un muchacho que hace una asinatura igualita a la mia. Usted pude pegar los avales com el’”.

Como chegou ao biógrafo a fala em espanhol, ou melhor, em portunhol ou espanholete, como se fala hoje e é tão comum entre os brasileiros que pensam saber a língua e a manejam sem cerimônia, como faria o primeiro presidente da Nova República, depois de 1985 - o sr. José Sarney?

Igualmente imaginosos são os constantes do capítulo 30, entre o jornalista e seu amigo Drault Ernanny, banqueiro paraibano, quando Chateaubriand lhe expõe que decidira ser senador, quando nem haveria eleição naquele ano de 1951 (p.518), início do estranho processo de uma eleição toda irregular, que se verificaria com o comprometimento de muito figurão da política nacional, envolvendo o postulante à função e os que o ajudaram (capítulo 30). O mais curioso é que Chatô nem tinha o título de eleitor, “ou seja, o jornalista mais importante do país simplesmente nunca se dera ao trabalho de votar em nenhuma das eleições ocorridas desde 1910, quando completara dezoito anos” (p. 520). Incrível: quem se apresentava às urnas em busca de votos nunca votara.

Político, foi militante, contribuindo decisivamente no movimento que culmina em 1930 como depois em 64. Se defendia uma causa, logo tornava-se seu adversário. Assim em 30, ou em 64. Se recusou cargos públicos, um dia decidiu ser senador. Sem base eleitoral, conseguiu eleger-se pela Paraíba, em estranho processo: não era ano eleitoral e, pela renúncia do titular e seu suplente, o Estado convocou eleições e o elegeu, em prática eivada de favores pouco razoáveis. Fez péssima campanha, pouco compareceu e não foi mais a sua terra, que não visitava desde que de lá saiu. Tentou reeleição, não a obteve. Depois, voltou-se para o Maranhão, à época feudo de Vitorino Freire. Contou com o apoio de próceres que se comprometeram no processo escuso e conseguiu eleger-se.

O homem político aparece sobretudo e no jornalismo, em que marca posições, dando rumos. Apoiava hoje, para negar logo depois. Usando linguagem desabrida, criou um estilo violento que causava a delícia de muito leitor e o medo de políticos e empresários. Alguns são peças básicas dos destinos nacionais ou peças folclóricas. Faltava-lhe, contudo, uma linha de pensamento. Homem de cultura irregular, com faltas imperdoáveis, tinha visão precária do mun-

do e do Brasil, embora parecesse o contrário, por um cosmopolitismo de quem estava sempre viajando. Sua atuação no Senado, cujos mandatos desperdiçou, foi pífia, como pífia foi sua atuação na embaixada em Londres, ocupada apenas por vaidade e sem qualquer ação digna de nota. Se fez algo, foi como jornalista, em algumas de suas campanhas como a desenvolvida em favor da aviação ou de compra de quadros para o museu que faz de São Paulo hoje um centro de arte importante no mundo.

Politicamente era um reacionário empedernido, vendo comunistas até na sombra (chamar Juscelino de vermelho, por exemplo, é piada). Tinha uma filosofia política e econômica fundada no mais retrógrado liberalismo: queria tudo para a iniciativa privada, locupletando investidores com as benesses do governo (este não devia intervir, mas se era a favor do empresário, tudo bem, na realização mais plena do que o economista Celso Furtado - um de seus alvos prediletos, visto como perigoso subversivo - chamou, em fórmula feliz, de “privatização dos lucros e socialização dos prejuízos”). Defendia o capitalismo sem limites, aliando-se a todo empresário que tinha libra ou dólar: entre seus maiores amigos estavam esses agentes do capital externo.

Como símbolo dessa admiração desmedida, cite-se o nome de Alexander Mackenzie: o homem da Light, de quem foi amigo e advogado e que lhe deu dinheiro para várias iniciativas. Escreveu sobre ele e seus interesses, um dos quais, aqui citado, terminava assim: “No mês vindouro a Light & Power completa mais um ano de atividade no Brasil. Fora outro o nível mental da nossa gente e esse dia deveria ser feriado nacional” (p. 187). O máximo de capachismo, atitude colonialista.

Outro nome é o de Percival Farquhar, o homem da Itabira Iron, que insistiu em obter o minério de ferro do país por longos anos, no que foi obstado por Artur Bernardes e Getúlio Vargas. Defendeu sempre o amigo americano, chegando a escrever que o dia em que o Brasil viesse a ser “uma nação de verdade”, o dono da Itabira Iron deveria ter “no mínimo uma estátua em Porto Velho, outra em Belém do Pará, uma em Manaus e mais três em São Paulo, no Paraná e no Rio Grande do Sul” (p. 270).

Seus heróis máximos eram agentes do

grande capital. Por eles fustigou um Artur Bernardes, um Getúlio Vargas e todos os nacionalistas. Se há de fato muito equívoco na xenofobia de certos nacionalistas, eles não são menores nem menos graves nesses que só reconhecem méritos no capital externo. A filosofia política e econômica de Chateaubriand era a do liberalismo até ingênuo, à maneira não de Adam Smith, mas de Frédéric Bastiat. Hoje seria um seguidor do neoliberalismo, vendo-o talvez com reservas, apaixonado por Margaret Thatcher ou Salinas de Gortari, como inúmeros cientistas sociais e políticos brasileiros, um tanto desapontados com a crise econômica do México conduzida por Gortari, apresentado antes, no entanto, como remédio para a América.

Capitalista extremado, Chateaubriand seria o melhor exemplo do que se convencionou chamar hoje de capitalismo selvagem. Nada mais além desse programa, o que o incapacitava para bem interpretar a política brasileira, a qual, entretanto, dirigiu com seus artigos e suas ameaças, submetendo mesmo a seus desígnios e caprichos pessoais até gente dura como Filinto Muller, ou estadistas de ampla visão, como Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Tancredo Neves, que se colocaram a seu serviço em causas discutíveis. Ou mesmo um jurista como Nelson Hungia, que escreveu artigos inimagináveis em defesa de causas pessoais, como a perseguição mesquinha à mãe de sua filha, que Chatô deseja ver expulsa do país e para quem Getúlio Vargas chegou a fazer leis transgressoras do mais elementar direito. Tal era o seu poder.

Destituído de escrúpulos políticos ou financeiros, era de todo aético. Usava dos amigos em cargos públicos para transgredir as normas e satisfazer suas aspirações, ou os que eram banqueiros, empresários ou apenas ricos, para obter dinheiro para seus gastos fabulosos de nababo sem dinheiro. Não tinha nem se importava com o fato: gastava como um marajá dono de poços de petróleo, com viagens, hospedagens nos melhores hotéis, oferecendo banquetes e presentes, compra de máquinas para seus jornais ou estações de rádio ou televisão, de quadros para fazer o Museu de São Paulo, contando com os amigos, que eram de fato chantagados: V. dá o dinheiro para comprar tal obra. Se não desse, podia contar com sua inimizade e campanhas pelos jornais,

com mentiras, injúrias, difamações. Gastava como se fosse Rockefeller ou Aga Khan: o dinheiro não contava para ele, pois era ganho com facilidade, extorquido pelo medo de sua pena poderosa e da cadeia de comunicações que formara. Ficou como símbolo a resposta que deu um dia a Gregoriano Canedo, então seu agente em Belo Horizonte. Pedindo-lhe, ou melhor, ordenando-lhe a aquisição da Rádio Mineira, este indagou: “Doutor Assis, o senhor me autorizou a comprar, mas não mandou o dinheiro...” E Chatô, prontamente: “Dinheiro? Mas que dinheiro, seu Canedo? Comprar com dinheiro qualquer português compra. A competência, seu Canedo, está em comprar sem dinheiro” (pp. 414-5).

O livro conta dezenas de casos comprovadores do desconhecimento do mínimo da ética, falta de respeito ao próximo. Para ele não contava nem mesmo a família, como se deu com mulheres com as quais viveu e teve filhos e largou sem mais aquela, perseguindo-as até. Ou com os filhos, que se negava a reconhecer. Não se sabe se lhes tinha o mínimo de afeto, embora o simulasse de público, aquele que promoveu mais de uma campanha pela criança.

Demais era um racista, como se vê por muitas passagens de sua vida, devidamente narradas e rotuladas de racismo pelo biógrafo criterioso. Como exemplo, como parte de seu empenho pelo desenvolvimento da aviação, a campanha de um aparelho para cada município, imaginou expedição de sessenta aviões do Rio a Porto Seguro, para festejar o descobrimento do Brasil. Até o presidente Vargas se entusiasmou. A modesta cidade de Porto Seguro teve de improvisar tudo, com gastos superiores a seus modestos bens. Logo que os aparelhos pousaram, o vigário da cidade, um negro, anunciou uma surpresa: iria officiar missa no mesmo local em que frei Henrique de Coimbra havia rezado a primeira missa. Chateaubriand chamou Edmar Morel a um canto:

“Seu Morel, demita esse preto da minha festa. Um preto a rezar a nossa missa? De modo algum! Dê um jeito de chamar com urgência o bispo de Ilhéus, que é ariano. Em missa de branco eu atuo até como coroinha, mas missa rezada por preto vai nos trazer uma urucubaca sem tamanho” (p. 393).

Para ele, Roberto Marinho, por sua pele morena, era cafuso, crioulo, mameluco (p. 671).

Com fumaças de homem fino, civilizado, cosmopolita, o jornalista era mal-educado e até bastante grosseiro. Veja-se a passagem em que se refere de modo indevido a Rubem Braga (p. 359), de impossível transcrição em uma revista como a da USP. Ou à p. 685, quando se fala de uma festa que promove na famosa Casa Amarela (já doente, nos últimos tempos). Servida com muito champanhe (pródigo ele sempre foi, o dinheiro era dos outros ou as dívidas não seriam pagas), em que propunha brindes sucessivos, seu médico Cássio Ravaglia, surpreso (pois pensava tratar-se de festa por sua suposta recuperação), escutou do jornalista que ouvira pelo rádio uma boa notícia: “Estamos comemorando a morte do marechal Castelo Branco, cujo avião se espatifou hoje nos céus do Nordeste”. Grosseiro, desumano. Em outros dias tratara o primeiro presidente do golpe militar em outro tom.

Mais um exemplo, agora com o presidente Kubitschek: quando o golpe de 64 cassou os direitos políticos do ex-presidente, em um dos atos mais execráveis do movimento, escreveu que ele “havia se atirado desabotinadamente nos braços do castrismo” e que “depois de chegar ao paroxismo de adulação às correntes extremadas do esquedismo, Juscelino hoje deveria enfrentar um pelotão de fuzilamento, em vez desse macio decreto de cassação” (p. 653). Chega-se aí à insanidade, na linha de reacionarismo quase boçal, quando escreve algo que compromete até uma qualidade que nunca lhe negaram, a de homem inteligente. Não o era nesse momento.

Impossível comentar livro tão alentado. Quero destacar, apenas, a excelência dos primeiros capítulos, sobre o começo da vida de quem chegaria depois a tão altas posições. Sua atitude equivocada da Semana de Arte Moderna de 22, da qual aproveitaria depois as maiores expressões. Seu papel no preparo do movimento de 30, ainda não tão bem destacado como aqui. Há mesmo então episódios rocambolescos, como sua viagem a Porto

Alegre, páginas de romance de aventuras, como se vê no capítulo 14. As eleições para o Senado, cheias de lances irregulares, comprometedores da sua ética pessoal (de fato, nunca reconhecida), bem como de seus aliados, entre os quais figuram expoentes da vida nacional, que não podiam ser imaginados tão submissos (caso extremo é o de Getúlio Vargas). A embaixada em Londres.

Lembre-se, como digno de louvor, sua atitude ante a doença: se o abateu fisicamente, não lhe tirou o *élan* e ele continuou o seu trabalho. Enfrentou a enfermidade e a morte com uma atitude digna de respeito e admiração.

O livro devia dar tratamento mais amplo a alguns episódios, como o de sua eleição para a Academia Brasileira de Letras. O autor não refere o deslumbramento que Chatô sempre manteve ante a nobreza: vivia convidando a visitar o Brasil condes e condessas, príncipes e princesas, em geral italianos ou do ex-Império austro-húngaro, os mais ricos em gente do gênero. Seu desejo de embaixada em Londres, satisfeito afinal por Kubitschek, é um dos aspectos desse traço de sua personalidade. Ao mesmo tempo, admirava o ânimo dos patrícios nordestinos, notadamente paraibanos, a ponto de criar a curiosa Ordem do Jagunço, com todo o ritual.

Em síntese, Fernando Morais escreveu talvez a biografia mais interessante da bibliografia brasileira, que afirma o seu nome como historiador e escritor ponderável. Chateaubriand é lembrado e sua ação é conhecida agora pelos mais novos. O jornalista é o retrato da política brasileira, desvendando alguns de seus aspectos menos nobres, até agravados depois de sua morte, pela ditadura militar e a malfadada Nova República, comandada a princípio por gente menor.

Justa, pois, a ressonância do livro, lido e admirado por pessoas altamente intelectualizadas e pelo povo mais simples. Depois dessa biografia, para encontrar uma equivalência positiva, o autor deve escrever algo como a biografia de São Francisco de Assis. No quadro da história nacional não vai encontrar o nome desejado.